

Rumo a uma Perspectiva Cristã de Alunos Incapacitados Fisicamente

Por séculos pessoas que se dizem cristãs não tido a tendência de ignorar aqueles com algum tipo de incapacidade física. Isto acontecia a despeito das palavras claras de Jesus, que disse: "Mas, quando fizeres convite, chama os pobres, aleijados, mancos e cegos." (Lucas 14:13.) "E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes." (Mateus 25:40.) Como podem tantos cristãos ignorar estes mandamentos?

Até o século XIX, pelo menos, pouca era a importância que se dava a pessoas cegas, surdas ou com outra limitação física. A própria palavra *handicap* (incapacidade) é derivada de um termo em inglês com uma conotação negativa para descrever aqueles que, geralmente cegos ou aleijados, com o chapéu na mão pediam esmolas para seu sustento; estes tornaram-se o que conhecemos hoje na América do Norte como *handicapped* ou incapacitados. Não foi até mediados do século XX que grandes sistemas sociais mundiais começaram a tratar das necessidades de indivíduos com incapacidades. A princípio o auxílio se limitava a uma esmola um pouco mais "gorda". Mas gradualmente, este comportamento desumano começou a mudar, assim como o uso da linguagem.

Nos Estados Unidos, a primeira lei nacional significativa que assegura os direitos de incapacitados, Seção 504 do Ato de Reabilitação Vocacional (*Vocational Rehabilitation Act*), não entrou em



vigor até 1973. Neste Ato, o Congresso decretou que tais pessoas têm direito constitucional de tornar iguais suas oportunidades como cidadãos e que devem ser feitas acomodações justificáveis para assegurar estes direitos.

Dois anos mais tarde, em 1975, com a instituição da Lei Pública 94-142, o Congresso Norte-Americano estabeleceu o direito a educação apropriada para estudantes incapacitados. Quinze anos depois, em 1990, o Congresso confirmou esta decisão e nomeou esta legislação de Lei de Educação para Indivíduos Incapacitados (*Individuals with Disabilities Education Act [IDEA]*).

Outras nações também têm lutado para tornarem-se sensíveis às necessidades de pessoas incapacitadas. Alguns países, especialmente no norte da Europa, não obtido progressos imensos. A Noruega e a Suécia se agilizaram rapidamente para prover serviços abrangentes e acomodações necessárias para incapacitados.

A linguagem segue sendo uma parte do desafio. Na Dinamarca surgiu uma palavra que traduzida para o inglês (ou português) significa "normalização", que se aplica a provisão de um ambiente o mais perto possível do normal para os incapacitados. Na América do Norte, o termo mais recente que expressa isto se chama *inclusão*. Contudo, em outros países, termos com conotação negativa como *defeituoso* ainda são usados para descrever pessoas incapacitadas.

O Problema Educacional

Enquanto o mundo lidava com questões éticas e econômicas para oferecer facilidades a incapacitados, educadores labutavam para suprir suas necessidades educacionais. A solução adotada mais popular se chamou *educação especial*. Se atribui a H. L. Mencken as palavras, "Para todo problema, existe uma solução que é simples, clara... e equivocada." Em muitos aspectos, este tem sido o caso com *educação especial*.

Ironicamente, a medida que órgãos de educação pública rejeitam programas de educação especial por aqueles mais inclusivos, com um ambiente mais normalizado para todos os estudantes, os educadores cristãos promovem o estabelecimento de programas tradicionais de educação especial.¹

A história da educação especial reluz com as melhores das intenções mas está borrada por resultados desanimadores.² Nós não estamos considerando

*Até o século XIX, pelo menos,
pouca era a importância que se
dava a pessoas cegas, surdas ou
com outra limitação física.*

adequadamente as bases para algumas das nossas práticas tradicionais.

Conseqüentemente, sem querer, estamos contribuindo para aumentar os problemas que queremos aliviar. De fato, a educação especial em si tem se tornado uma forma insidiosa de discriminação.³

Os educadores cristãos devem prestar muita atenção para as razões pelas quais a educação especial tradicional há falhado em alcançar os objetivos esperados. Devem estar atentos aos efeitos sutis e desumanos de tais programas, que se iniciam com a definição dos termos.

Definindo Educação Especial

A maioria das discussões atuais sobre a educação de crianças incapacitadas define a educação especial em termos da Lei Pública 94-142. Contudo, a linguagem e intenção da lei está em contraste acentuado com a sua verdadeira implementação. A definição de educação especial não há mudado em sua história de 18 anos de legislação.

*O termo "educação especial" significa instrução especialmente desenhada, sem custo para pais ou responsáveis, para suprir as necessidades singulares de uma criança com algum tipo de incapacidade...*⁴

Parece que o termo nunca teve a intenção de sugerir um lugar, programa ou sistema de fornecimento de serviço — a mais comum das interpretações. Na lei estadual e na federal, educação especial é definida consistentemente como "instrução especialmente desenhada". Então por que tornou-se em algo tão diferente da intenção inicial? Que podemos aprender disto a medida que procuramos prover educação cristã a estudantes incapacitados?

Através dos anos, temos freqüentemente deixado que realidades sociopolíticas definam automaticamente a

educação especial. Educação especial se tornou mais um fenômeno sociológico que uma intervenção de ensino.⁵ Se o conceito foi definido originalmente como um *tipo de instrução*, por que então os educadores têm sido tão reservados para tratá-lo como tal?

Cada pessoa precisa de educação que seja especial — que atenda as suas necessidades. Mas infelizmente, temos instrução individualizada limitada para os incapacitados, além de definirmos *incapacidade* de uma forma que atende as necessidades da sociedade, em vez de atender as necessidades daqueles para quem foram redigidas tais leis.

O Que É Incapacidade?

O mundo classifica diversas condições como incapacidades, dependendo do que se considera como "normal". A norma é definida geralmente pela cultura em vez de ter por base a necessidade do indivíduo.

Rotular as coisas como "normal" ou "anormal" é uma invenção humana criada para estabelecer um pensamento ou comportamento convencional. De fato, não conseguimos imaginar que exista algo normal fora de nossa ordem humana de estabelecer padrões.

Mas se nada pode ser definido como normal, então não existem incapacidades. *Isto não é possível!* Tornaria nossas definições inventadas sem sentido. Talvez a solução, então, seja mudar nossos padrões, nossas idéias sobre que é normal e que não o é.

Nos Estados Unidos, há uma grande preocupação por expressar o valor da diversidade ou variedade — de idéias, linguagem, características físicas, religião e de outras áreas. Mas também permite-se ser seduzido pela idéia de diversidade comparativa, que diz: "Minhas idéias são melhores que as suas." Este tipo de pensamento leva ao paradigma normativo que tem mantido preso em suas garras por tanto tempo o profissionalismo

*A história da educação especial
reluz com as melhores das
intenções mas está borrada por
resultados desanimadores.*

complacência.

Por exemplo, vejamos a habilidade da comunicação. A incapacidade, se precisamos usar tal termo, é a incapacidade de comunicar-se efetivamente. A incapacidade *não* é ser surdo, ter dificuldade de aprendizagem ou ter problemas emocionais. Alguém surdo que consegue comunicar-se efetivamente por sinais não é incapacitado; ele só precisa usar sinais em vez de sons. Alguém que aprende de maneira não habitual, não deixa de aprender; ele só precisa de encontrar um

método que tenha sentido para ele.

Indivíduos compensam suas diferenças em estilos de comunicação de formas variadas. Assim que uma condição diagnosticada ou classificação em uma categoria não é uma incapacidade per se; o que determina se uma incapacidade existe é se uma pessoa alcança ou não um resultado desejado. Por definição, alguém que é considerado normal de acordo com todos os padrões mas que é incapaz de comunicar-se efetivamente *tem* uma incapacidade.

Educadores precisam ter estas quatro verdades em mente:

- Cada indivíduo é único.
- Cada indivíduo tem necessidades.
- Todos são “normais” em muitas áreas.
- Todos são incapacitados de diversas formas.

A questão em educação não é, então, diagnosticar ou qualificar em termos de classes categóricas, mas em *determinar o nível pelo qual uma pessoa pode funcionar efetivamente*.

Alguns educadores têm sugerido que a única diferença real entre educação especial e classes regulares é a proporção entre alunos e professores, mas não existe nada inerentemente especial no tamanho

reduzido de uma classe, mesmo numa relação um por um. A instrução de rotina provista numa classe com uma menor proporção entre aluno e professor não é “especial” — é simplesmente mais intensa. Todos alunos necessitam ocasionalmente de uma proporção reduzida entre aluno e professor, como nas aulas de auto escola, música, aulas particulares extras. Um aluno que não possa acompanhar o passo do resto da classe não é necessariamente incapacitado, mas pode simplesmente precisar de diferente abordagem. O aluno que precise de aulas particulares não precisa de programa especial se a ajuda necessária pode usar os mesmos métodos que aqueles usados para os alunos regulares. Ele só precisa de instrução a um ritmo mais lento.

A Suposição Categórica

O maior problema em tentar definir as necessidades educacionais estudantis são as categorias usadas para agrupar pessoas com incapacidades. Esta classificação tem provisto uma maneira conveniente para selecionar aqueles que qualificam para receber um certo serviço. É mais fácil relacionar-se a uma generalização abstrata que focalizar a uma realidade específica. Portanto, quando aceitamos como fato teorias nas quais aquelas categorias se baseiam, também adotamos uma estrutura pré-estabelecida sobre a qual se cria um sistema de fornecimento de serviço.

Há uma forte tendência em “petrificarmos-nos” nas estruturas teóricas que criamos. Burocracia é o mecanismo que a sociedade desenvolveu para cumprir esta função. Isto não significa que todos aspectos da burocracia são maus, mas sim têm a tendência de sofrer o que alguém chamou de “petrificação de categorias”, na qual a estrutura torna-se mais importante que as pessoas a quem ela serve.

Hargis⁶ ilustra isto através da história de Procrustes, que, de acordo com a mitologia grega, provia comida e hospedagem de graça para viajantes cansados. Todo o possível era feito para o conforto dos hóspedes. Mas o hóspede tinha que obedecer um critério: Ele tinha que caber na cama. Se a pessoa era muito baixa, Procrustes o estirava numa roda de tortura; se muito alto, ele cortava seus pés e pernas. Todos que cabiam na cama só podiam agradecer a Procrustes e encorajavam a outros que desfrutassem de sua gentil hospitalidade. Mas muitos morreram naquela casa, e ninguém ouviu

educacional. Esta também é a razão fundamental pela qual as escolas cristãs têm escolhido educar apenas estudantes que são considerados tradicionalmente como “normais”.

Estudantes com incapacidades são considerados anormais porque eles se qualificam fora das normas de exames padronizados. Por definição, alguns estudantes têm que passar e outros têm que reprovar exames padronizados. Porque usamos matemática, uma ciência exata, para apoiar o processo de seleção, nos convencemos de que o procedimento é de alguma maneira baseada numa verdade imutável. Isto não é verdade. Um conjunto diferente de suposições produziria uma agrupação diferente.

Definição de Incapacidade

Infelizmente, tendemos a substituir rótulos para as necessidades das pessoas. Isto nos leva a focalizar em generalidades imprecisas em vez de necessidades específicas do indivíduo. Designamos a qualidade de *incapacitado* àqueles que não podem desempenhar algo de acordo com nossos padrões predefinidos. Estabelecemos uma categoria, diminuímos nossas expectativas do que podem alcançar e os tratamos com

suas experiências. Para eles, a hospitalidade gratuita não era apropriada.

Categorias têm a intenção de *incluir* e de *excluir*. É uma grande tentação forçar indivíduos a caberem ou encaixarem-se numa categoria, em vez de fazê-la mais flexível. Criamos a educação especial supondo que podemos definir precisamente a condição incapacitante de cada estudante e então prescrever os serviços específicos necessários para aquela condição. Agora sabemos que esta suposição é falsa.

Permita-me demonstrar como esta suposição tem nos levado sedutoramente por um caminho equivocado. Toda categoria de educação especial pode ser classificada como fato ou teoria. Com isto em mente, consideremos as principais categorias que usamos:

Cego/incapacitado visualmente, surdo/incapacitado auditivamente e incapacitado fisicamente. Estas incapacidades físicas são talvez as que chamem mais a atenção dentre todas as categorias. Mesmo formas amenas têm uma base física clara para um diagnóstico que requer pouca interpretação teórica.

Problemas/Alterações emocionais. Claramente, esta categoria é uma teoria. Está baseada numa série de sub-condições hipotéticas que também são teóricas. A definição é ambígua e sujeita a distintas interpretações. Um estudante pode ser considerado como tendo problemas emocionais pela equipe avaliadora de uma escola e não por outra.

Dificuldade de aprendizagem. Durante os últimos 30 anos, uma quantidade vasta de literatura há discutido, com pouco acordo comum, se esta categoria realmente existe. Dificuldade de aprendizagem é uma teoria usada para explicar certas condutas observadas, que a sua vez, se correlacionam com um pobre desempenho.⁷ Desordens de aprendizagem de base neurológica certamente existem, mas elas ocorrem de formas facilmente detectáveis e mui raramente.⁸

Retardo mental. Este conceito sempre foi só uma teoria. Porque pessoas “retardadas” severamente têm mais anormalidades físicas que indivíduos “normais”, podemos crer que a categoria é um fato. Em realidade, o sintoma físico é o fato; a categoria é a teoria.


Quando as teorias recebem rótulos e os rótulos crédito, o seguinte ocorre. Primeiro, apareceu a teoria do retardo mental. Então apareceram pessoas classificadas como retardados mentais que

precisavam de tratamento especial. Não havia dinheiro suficiente, assim que a teoria mudou para restringir a definição e reduzir o número de pessoas qualificadas para receber tratamento. Mas ainda existiam necessidades, assim que novos rótulos foram inventados. Logo surgiu a dificuldade de aprendizagem, com a mesma seqüência de eventos. Então dislexia, disgrafia e discalculia. Cada vez, o tratamento dos sintomas tornou-se mais importante que tratar suas causas. Mais recentemente, vemos o crescimento explosivo de uma categoria chamada desordem hiperativa de déficit de atenção. As necessidades são certamente reais, mas em vez de lidar diretamente com elas a sociedade inventa mais rótulos ou categorias.

Todos estes rótulos definem pessoas em termos de conduta. Apesar de que alguns tipos de conduta certamente se correlacionam com fracasso escolar, podem ter uma variedade de causas, incluindo um desenvolvimento normal e ensino deficiente. Por exemplo, meninos são naturalmente mais ativos que meninas, assim que podemos estar tentados a definir a energia extra como desordem hiperativa de déficit de atenção e então provar sua existência considerando tal conduta como divergente. Isto então justifica uma nova categoria para apoiarmos. Isto também permite ao educador raciocinar que o estudante é anormal. Ele não se encaixa na rotina ou currículo de um meio escolar que foi estabelecido para estudantes “normais”.

Educação Apropriada

Não precisamos mais de uma designação educacional à parte para estudantes com incapacidades. As necessidades destes estudantes se auto-



definem. Aqui novamente, as palavras da lei nos ajudam. O que é garantido nas escolas públicas norte-americanas é “educação grátis apropriada”. Mas como a descreveríamos? Que tal “acomodação educacional para estudantes com incapacidades”? Em tal educação a técnica real é específica à incapacidade e requer que os professores obtenham um treinamento com técnicas especiais.

Com as deficiências físicas mais severas, é relativamente fácil definir “educação apropriada”. Por exemplo, estudantes com incapacidades ortopédicas precisam de aparelhos e cadeiras-de-rodas; estudantes que são cegos ou incapacitados visualmente precisam de treinamento em Braille, orientação e mobilidade; estudantes surdos ou incapacitados auditivamente precisam de aparelhos auditivos e treinamento em métodos de comunicação não verbal.

Contudo, quando a incapacidade é de tipo emocional, mental ou de aprendizagem, as necessidades são mais difíceis de determinar. Os programas de educação especial sofreram de muito mal emprego nestas áreas. Muitos, se não a maioria, dos estudantes servidos sob estas classificações podem ser descritos como vítimas curriculares. Seus sintomas foram

resultados de uma educação inapropriada, não de uma disfunção orgânica.⁹

Só porque o estudante parece encaixar-se em requisitos de elegibilidade de uma categoria de educação especial e foi aprovado pelo Plano Educacional Individualizado não garante que ele receberá a educação apropriada. As partes envolvidas freqüentemente não estão a par do que funcionará para estes estudantes. A pesquisa e a prática educacionais estão repletas de exemplos de práticas que produzem efeitos positivos, mas de forma geral não estão sendo usadas em escolas públicas e muito menos em escolas cristãs.

Os únicos tipos de incapacidades mostradas por Sutton, Sutton e Everett¹⁰ como recebendo serviços em escolas cristãs são aqueles no grupo teórico. Os estudantes com incapacidades "reais" ou físicas não recebem nenhuma assistência. Para escolas cristãs, a categorização de estudantes tem provisto uma desculpa conveniente para aliviar suas cargas no sistema escolar público. Qualquer incapacitado é qualificado para receber serviços de fundos públicos.

A educação pública está se direcionando rapidamente a um conceito dramaticamente reformado de educação para incapacitados, um programa que se preocupa com as necessidades de *todos* os estudantes, incluso daqueles com incapacidades ou necessidades especiais.¹¹ As escolas cristãs devem tratar deste assunto sobre educação especial dentro deste contexto.

Fundos

Por que as escolas cristãs discriminam estudantes com incapacidades ou necessidades especiais?¹² Uma razão freqüentemente mencionada é a falta de fundos econômicos. Mas como pode um administrador ou professor numa escola cristã racionalizar que não há fundos para prover educação apropriada para certos grupos de estudantes?

Dados verificando a exclusão generalizada destes estudantes recolhida por Sutton, et al.¹³ revelam graficamente que as escolas cristãs da América estão fracassando em viver uma doutrina básica de sua fé: "...Quando a um destes pequeninos o não fizestes, não o fizestes a mim." (Mateus 25:45.) Não existe

O maior problema em tentar definir as necessidades educacionais estudiantis são as categorias usadas para agrupar pessoas com incapacidades.

desculpas legítimas para que uma escola estabelecida em princípios bíblicos evite sua responsabilidade para com *todos* os estudantes, incluindo aqueles com incapacidades.

Já é tempo para que as escolas cristãs encontrem formas para educar *todos* os filhos de Deus, não só aqueles que são suficientemente promissores de acordo com algum critério padronizado. As escolas públicas estão descobrindo que a educação apropriada para todos os estudantes custa menos que uma educação que discrimina vários grupos, isolando-os. Já passa do tempo para que escolas paroquiais abracem os princípios cristãos de servir a todos os estudantes — não porque seja a tendência atual, mas porque é a atitude certa a tomar. ❧

Dr. James A. Tucker é professor de psicologia educacional na Andrews University, em Berrien Springs, Michigan, E.U.A. e diretor do Centro Universitário para Avaliação e Aprendizagem. Antes de afiliar-se ao corpo docente da Andrews University, o Dr. Tucker foi diretor do Departamento de Educação Especial junto ao Departamento de Educação do Estado de Pennsylvania, nos Estados Unidos.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Joe P. Sutton, Connie J. Sutton e E. Gail Everett. "Special Education in Christian/Fundamentalist Schools: A Commitment to All Children?", *Journal of Research on Christian Education* 2:1 (Spring 1993), págs. 65-79; National Association of State Boards of Education (NASBE). "Special Education: New Questions in the Era of Reform", *Issues in Brief* 11:6 (1991), págs. 1-16; *Winners All: A Call for Inclusive Schools* (Alexandria, Va.: NASBE, 1992); Scott B. Sigmon. *Radical Analysis of Special Education* (New York: The Falmer Press,

1987); Thomas M. Skrtic, *Behind Special Education* (Denver: Love Publishing Co., 1991); Margaret C. Wang, Maynard C. Reynolds e Herbert J. Walberg, eds., *Special Education Research and Practice: Synthesis of Findings* (Oxford, England: Pergamon Press, 1990); James E. Ysseldyke, B. Algozzine e M. L. Thurlow, *Critical Issues in Special Education* (Boston: Houghton Mifflin Co., 1992).

2. Louis C. Danielson e G. Thomas Bellamy. "State Variation in Placement of Children With Handicaps in Segregated Environments", *Exceptional Children* 55:5 (fevereiro 1989), págs. 448-455; G. V. Glass, "Effectiveness of Special Education", *Policies Studies Review* 2:1 (1983), págs. 65-78; Dorothy K. Lipsky e Alan Gartner, *Beyond Separate Education: Quality Education for All* (Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co., 1989); James A. Tucker, "Less Required Energy: A Response to Danielson and Bellamy", *Exceptional Children* 55:5 (fevereiro 1989), págs. 456-458.
3. Miriam K. Freedman, "The Elevator Theory of Special Education", *Education Week* (fevereiro 15, 1995), pág. 44; Lipsky e Gartner, *Beyond Separate Education: Quality Education for All*; Jeannie Oakes, *Keeping Track: How Schools Structure Inequality* (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1985); James A. Tucker, "Ethnic Proportions in Classes for the Learning Disabled: Issues in Nonbiased Assessment", *The Journal of Special Education* 14:1 (Spring 1980), págs. 93-105.
4. Section 140(a)(16), Individuals With Disabilities Education Act.
5. Gerald Coles, *The Learning Mystique* (New York: Pantheon Books, 1987); Skrtic, *Behind Special Education*.
6. Charles H. Hargis, *Teaching Low-Achieving and Disadvantaged Students* (Springfield, Ill.: Charles C. Thomas, Publisher, 1989), pág. 142.
7. Charles H. Hargis e Marge Terhaar-Yonkers, "Do Grades Cause Learning Disabilities?", *Holistic Education Review* 2:3 (1989), págs. 14-18.
8. Coles; Sigmon.
9. Edward E. Gickling e Verlinda P. Thompson, "A Personal View of Curriculum-Based Assessment", *Exceptional Children* 52:3 (novembro 1985), págs. 205-218.
10. Sutton, et al., *The Journal of Research on Christian Education* (1993).
11. NASBE, Issues in Brief (1991); NASBE, *Winners All: A Call for Inclusive Schools* (1992); *NASDSE's Commitment for the 90s* (Alexandria, Va.: National Association of State Directors of Special Education, 1992).
12. Sutton, et al., *The Journal of Research on Christian Education*.
13. *Ibid.*